

## Ódio ambiental (\*)

Época de festas juninas, o caipirismo reverenciado. Mas os agricultores brasileiros voltaram à berlinda. Acabam de receber do ministro Carlos Minc um feio xingamento: o de vigaristas. A polêmica esquentou o frio da estação. Novamente o ambientalismo trombou com o ruralismo. Segundo o Dicionário Aurélio, vigarista significa velhaco, ladrão que passa o conto do vigário. E o vigário, todos sabem, vale o padre que se faz às vezes de bispo, aquele que se passa por outro, fingindo ser bonzinho. No mau sentido, um trapaceiro.

O embaraço criado pelo ministro do Meio Ambiente brota das divergências quanto ao Código Florestal. Falastrão juramentado, o carioca do colete sugeriu que, nessa discussão, os ruralistas estão querendo enganar outrem. Ele deve ter lá seus motivos. Mas, generalizando, agrediu a roça inteira.

Existem lideranças do campo, é verdade, que não gostam da legislação ambiental, colocando os interesses da produção acima da conservação da natureza. Os tradicionalistas ainda raciocinam como naquela época dos desbravadores, quando as florestas se derrubavam impiedosamente para abrir espaço ao progresso material da sociedade. Tempos de outrora.

Essa lógica do crescimento econômico imperou até meados do século passado. Desde então, crescentemente, surgiram interesses urbanos ligados à preservação ambiental. A nascente tendência influenciou a lei florestal aprovada em 1965. Há 44 anos.

O Código Florestal, conforme ficou conhecido, obrigou as propriedades rurais a manterem uma reserva legal de 20% de sua área, onde se impede o corte da vegetação nativa. Somente o uso não predatório pode ocorrer na reserva legal, como, por exemplo, a exploração de mel de abelhas ou de lenha seca. Na Amazônia, tal reserva subia para 50%. Mais ainda: a lei também definiu que as beiradas de córregos e rios, as nascentes d'água, as terras muito inclinadas e os topos de morros se tornassem áreas de preservação permanente. Nessas ninguém poderia bulir.

Arrojada, única no mundo, a legislação florestal brasileira permaneceu - essa é a verdade - ignorada durante décadas. Na realidade, os agricultores continuaram sua senha produtiva, pouco se importando com a proteção ambiental. E a fiscalização do Estado nunca intimidou ninguém pelo descumprimento da legislação florestal.

Até que, em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso elevou, por medida provisória, a reserva legal na Amazônia de 50% para 80%, aumentando a proteção da floresta tropical. O governo, motivado por Gustavo Krause, então ministro do Meio Ambiente, dava uma rápida resposta à piora do desmatamento da Hileia.

O susto provocado pela ousadia oficial fez todos acordarem. E divergirem. O xis da questão reside no seguinte ponto: quem derrubou a mata virgem antes de valer a nova restrição como fica? Suponha que um cidadão tenha comprado uma terra no Pará e desmatado metade dela, de acordo com a regra anterior. Fica agora irregular?

O raciocínio pode ser também utilizado para os antigos agricultores do País. O Estado de São Paulo começou a ser fortemente aberto na época da expansão cafeeira, no século retrasado. Quando chegou o Código Florestal, boa parte do território já estava desmatada. A grande maioria das fazendas não manteve reservas florestais, ocupando até mesmo as matas ciliares, com culturas ou criações. Desde a época das bandeiras, valorizados na sociedade eram exatamente os desbravadores do sertão.

Hoje, noutro contexto, os produtores rurais estão sendo compelidos, nas palavras dos ferrenhos ambientalistas, a resgatar seu passivo ambiental. Mas como? Recuperando as áreas que, inadvertidamente, surrupiaram no passado. Se não o fizeram na sua propriedade, que adquiram, em compensação, outra área ainda florestada. Para mantê-la virgem.

Óbvio surge a dificuldade: quem paga a conta desse acerto com o passado?

*“A infeliz declaração do ministro ultrapassou o bom senso. Serviu apenas para fortalecer um ranço urbano contra o agricultor brasileiro, maculado historicamente pela má fama dos latifundiários. Insuportável. Caipiras, sim”*

### EDITORIAL

↳ Ódio ambiental(\*)

■ Página 01 e 02

### EVENTOS

■ Página 02

### PEQUENAS NOTAS

■ Página 05

### FIQUE SABENDO

↳ Camex discute retirada da TEC do trigo para importação de Canadá/EUA

↳ Saldo comercial do agronegócio cai, mas participação do setor nas exportações totais aumenta 43,4%

↳ Crise reduz venda de defensivos agrícolas

■ Páginas 03 e 04

### NOTICIA DA CNA

↳ PIB do agronegócio te queda de 0,53% no 1º trimestre do ano e não deverá crescer em 2009

■ Páginas 04

### ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 09/06/09

■ Página 05 e 06

## Informativo Semanal



Nº 554

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

**Coordenação e Elaboração:** Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

**Coordenador Geral do Agropacto:** JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

### Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA  
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB  
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos  
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE  
João Hélio Torres D'Ávila - UFC  
Lucas Antonio de Sousa Leite - Embrapa Agroindústria Tropical  
José Alves Teixeira - BNB  
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

### Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE  
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão  
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba  
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal  
Francisco Férrer Bezerra - FIEC  
Gilson Gondim - C.S. Flores  
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC  
João Teixeira Júnior - UNIVALE  
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite  
Luiz Prata Girão - BETÂNIA  
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE  
Tom Prado - C.S. Fruticultura

### Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

### Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

### Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

### Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

### CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: [agropacto@faec.org.br](mailto:agropacto@faec.org.br)

Site: [www.agropacto-ce.org.br](http://www.agropacto-ce.org.br)

## continuação

Até hoje ninguém respondeu a contento a essa pergunta. A fatura da restauração ambiental normalmente se coloca no colo, ou no bolso, do agricultor. Ele que se vire, e rápido, para não ser tachado de criminoso. Coisa impossível.

Como na matemática, porém, todo problema apresenta uma solução. Sim, existe sobre a mesa um acordo viável entre ruralistas e ambientalistas.

O trato poderia ser o seguinte: ninguém derruba mais nenhuma mata, em nenhum lugar, exceto quando necessário e autorizado. Em troca, podem permanecer produzindo nas áreas anteriores, salvo onde existe risco ambiental. Desmatamento zero, produção consolidada. Ganham os dois lados. Perdem apenas os radicais e os reacionários.

Há espaço para uma boa negociação, atualizando a legislação ambiental no rumo da agricultura sustentável. Mas a radicalização do processo político azedou o caldo da discussão. Ministros de Lula batem boca abertamente, cada um atirando para um lado. As entidades ambientalistas retraíram-se, enquanto os produtores, apavorados, prometem dar o troco. Ódio gera insensatez.

Nas festas juninas, passa do ponto quem trata a cultura caipira com desdém, como se os homens do campo fossem inferiores aos da cidade. Terrível preconceito esconde-se maliciosamente no linguajar arrastado, nos chapéus desfiados ou no traje da rasgada calça pula-brejo. Pintado para parecer banguela, o dentinho preto das crianças aflora um mau gosto típico dos incautos.

Há limites para tudo na vida. A infeliz declaração do ministro ultrapassou o bom senso. Serviu apenas para fortalecer um ranço urbano contra o agricultor brasileiro, maculado historicamente pela má fama dos latifundiários. Insuportável. Caipiras, sim. Vigaristas, não.

(\*) *Xico Graziano, Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.*

## Eventos

**Curso:** O Curso Preparatório para a Formação de Auditor Interno em Bem-Estar Animal de Suínos será realizado nos dias 29 e 30 de junho, no Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), em Campinas – São Paulo. O evento é uma realização do Centro de Tecnologia de Carnes (CTC). Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (19) 3743-1884; fax (19) 3743-1882; site: [www.ital.sp.gov.br/ctc](http://www.ital.sp.gov.br/ctc) e site [eventosctc@ital.sp.gov.br](mailto:eventosctc@ital.sp.gov.br) Participe!

**Seminário:** O 13º Seminário Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura será realizado entre os dias 01 e 03 de julho de 2009, no Rafain Palace Hotel & Convention Center, em Foz do Iguaçu, Paraná. O evento é promovido pela Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) em parceria com a Associação Paranaense de Suinocultores (APS). As informações sobre o Seminário poderão ser obtidas através do telefone (61) 2109-1620 e site [www.seminariosuinocultura.com.br](http://www.seminariosuinocultura.com.br). Participe do **13º Seminário Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura**.

**Curso:** O Curso Teórico e Prático – Avaliação da Qualidade e Segurança da Carne, uma realização do Centro de Tecnologia de Carnes (CTC), realizar-se-á de 27 de julho a 01 de agosto, no Instituto de Tecnologia e Alimentos (ITAL), em Capinas-SP. Informações sobre este evento: telefone (19) 3743-1884; fax (19) 3743-1882; site [www.ital.sp.gov.br/ctc](http://www.ital.sp.gov.br/ctc) e e-mail [eventosctc@ital.sp.gov.br](mailto:eventosctc@ital.sp.gov.br).

## ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

**O pagamento da contribuição sindical rural é obrigatório e, entre as passíveis sanções, está a cobrança judicial**

## FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

### Camex discute retirada da TEC do trigo para importação de Canadá/EUA

Os sete ministros que integram a Câmara de Comércio Exterior (Camex) irão decidir se permitem ou não a importação de trigo de países como Canadá e Estados Unidos sem a Tarifa Externa Comum (TEC) de 10%. O debate interno deve considerar dois aspectos: **a renda do produtor rural nacional** e o aumento do preço do pãozinho. Mesmo com a redução das exportações do cereal argentino para o Brasil, o Ministério da Agricultura deve defender a manutenção da TEC para importações de países que não integram o Mercosul. Por outro lado, o Ministério da Fazenda está monitorando o impacto na inflação se os moinhos brasileiros precisarem comprar trigo mais caro.

Para a indústria, ou o Brasil retira a TEC ou o preço do pãozinho subirá. Por isso, o setor tem negociado com o governo a isenção da tarifa na próxima reunião da Camex. "Trigo sem TEC não é uma alucinação dos moinhos, é uma constatação", argumentou o presidente do Sindicato das Indústrias de Trigo do Rio de Janeiro e conselheiro da Associação Brasileira da Indústria de Trigo (Abitrigo), Antenor Barros Leal. "Se o governo quer importar com TEC e não tiver problemas com a alta do preço do pãozinho, não tem problema nenhum."

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, entretanto, vem mostrando uma posição firme em relação à manutenção da TEC. Ele garantiu que esta será a determinação enquanto o Ministério entender que os estoques brasileiros são suficientes para a demanda doméstica até que a colheita brasileira tenha início, em agosto ou setembro deste ano. "O mais provável é que não haja importação (sem a TEC) em 2009", afirmou recentemente, quando explicitou que o Ministério da Agricultura calcula que os estoques são suficientes para até 120 dias.

### Saldo comercial do agronegócio cai, mas participação do setor nas exportações totais aumenta 43,4%

A balança comercial do agronegócio obteve saldo positivo de US\$ 19, 737 bilhões de janeiro a maio deste ano, queda de 12,49% em relação ao mesmo período de 2008. As exportações totalizaram US\$ 24,103 bilhões no acumulado do ano, enquanto as importações somaram US\$ 4,366 bilhões. Apesar do decréscimo, justificado pela redução do preço médio dos produtos embarcados para o exterior, houve aumento da participação do agronegócio brasileiro nas vendas externas totais nos cinco primeiros meses de 2009 na comparação com 2008, de 37,8% para 43,4%.

"Houve um ritmo maior de queda nas exportações totais, enquanto que no agronegócio esta queda ocorreu em menor proporção", disse a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, ao justificar a maior participação do setor. Segundo ela, enquanto as vendas totais caíram 23% no acumulado de 2009, as exportações do agronegócio retraíram 11,5%. O complexo soja lidera a lista de produtos exportados, com um total embarcado de US\$ 6,9 bilhões, 1% a mais em relação ao mesmo período do ano passado. Embora o preço médio praticado no mercado internacional até maio tenha caído 15,8% na comparação com 2008, o volume exportado compensou esta retração e apresentou expansão de 19,8%. "A elevação ocorreu em um cenário favorável, principalmente em função da redução dos estoques mundiais", justificou a senadora. Diferentemente da soja, o complexo carnes teve queda de 21,09% nas exportações. O recuo de 17,9% no preço médio da tonelada observado até agora e a queda de 4,8% no volume embarcado para o exterior fizeram com que o valor exportado totalizasse US\$ 4,4 bilhões no acumulado deste ano. "Houve uma forte recessão nos países que demandam a carne brasileira", justificou Kátia Abreu. Observou-se também que o complexo sucroalcooleiro reagiu e apresentou o maior crescimento em termos de volume exportado no período de janeiro a maio deste ano, de 27,8%. O total embarcado foi de 8,9 milhões de toneladas. Os preços médios praticados cresceram 27,9%, o que resultou em uma cifra de US\$ 2,8 bilhões.

Já o café registrou aumento de 13,3% no volume exportado, passando de 611 mil para 961 mil toneladas nos cinco primeiros meses de 2009. No entanto, como os preços médios praticados no mercado internacional no período caíram de US\$ 2.935 para US\$ 2.366 por tonelada, os valores exportados registraram redução de 8,7%, de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 1,6 bilhão em 2009. Em relação aos destinos das exportações brasileiras, a China se consolidou como o principal parceiro comercial do Brasil no período de janeiro a maio, respondendo por 13,95% do total das vendas externas referentes ao agronegócio brasileiro, o equivalente a US\$ 3,3 bilhões. Em 2008, no mesmo período, essa participação era de 11,97%, ou US\$ 3 bilhões.

**PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural**

# FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

## Crise reduz venda de defensivos agrícolas

Com alguns meses de atraso, a crise econômica bateu à porta dos fabricantes de defensivos agrícolas. A redução da área plantada e uma maior dificuldade de acesso ao crédito no primeiro quadrimestre de 2009 reduziram em 26% o faturamento nos primeiros quatro meses do ano. De janeiro a abril, as cerca de 100 companhias que atuam no país venderam US\$ 1,2 bilhão. Até o fim de 2009, o segmento deve reagir, na expectativa da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), mas, ainda assim, a demanda será menor que em 2008, segundo o diretor executivo da entidade, José Otavio Menten.

Em 2008, apesar dos efeitos da turbulência que diminuíram o lucro das companhias brasileiras no fim do ano, o setor faturou US\$ 7,1 bilhões, 25% mais que em 2007. Ao todo, foram comercializados 730 milhões de toneladas de herbicidas, inseticidas, fungicidas e acaricidas. "A maior parte da nossa demanda surge entre setembro e outubro. Esperamos vendas maiores neste período, mas, este ano venderemos menos. O setor espera uma queda de 10% a 15% em relação a 2008."

De acordo com ele, a redução da safra se dará como consequência da queda no preço das *commodities* e da valorização do real, que tornou a exportação desfavorável. Mas a crise também pode ter impacto na quantidade de defensivos utilizados. "Algum produtor pode diminuir o número de aplicações de defensivos, se tiver dificuldade de obter crédito, por exemplo." Os números da entidade mostram que os defensivos agrícolas são utilizados por 95% dos 5 milhões de produtores rurais brasileiros.

## PIB do Agronegócio tem queda de 0,53% no 1º trimestre do ano e não deverá crescer em 2009

**N  
O  
T  
Í  
C  
I  
A  
D  
A  
C  
N  
A**

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio registrou no primeiro trimestre de 2009 uma queda de 0,53%, segundo levantamento feito pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP). Este resultado, reflexo da crise mundial que atingiu vários setores da economia, segue trajetória de retração iniciada em outubro do ano passado, o que resultou em uma queda acumulada de 2,26% em seis meses. Em março, a variação do PIB ficou negativa pelo sexto mês consecutivo e fechou em -0,13%. "Se o PIB continuar neste ritmo, não deverá crescer este ano", alertou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu.

Na sua avaliação, para que o setor tenha, em 2009, comportamento semelhante ao de 2008, quando a expansão foi de 6,97% e o PIB totalizou R\$ 764,6 bilhões (26,46% do PIB Brasil), o agronegócio precisaria crescer a uma taxa mensal de pelo menos 0,80%. "No entanto, isso é improvável, em um cenário de contração de crédito. Os segmentos mais afetados são os que normalmente demandam mais recursos", afirmou Kátia Abreu. Segundo a pesquisa da CNA e do Cepea, o quadro foi mais grave no segmento de insumos, que apresentou recuo de 1,16% nos primeiros três meses do ano, fator atribuído ao resultado negativo de 1,88% do setor de insumos agrícolas, que prejudicou também o agronegócio da agricultura, cuja taxa ficou negativa em 0,82%. Já o agronegócio da pecuária teve acréscimo de 0,17%, insuficiente para compensar as perdas na agricultura.

A retração de 0,77% observada na produção primária de janeiro a março também contribuiu para o comportamento do PIB. Novamente, a agricultura puxou o resultado para baixo, com queda de 1,90% nos primeiros três meses deste ano. Já na parte da pecuária, o segmento dentro da porteira teve variação positiva de 0,77% no acumulado de 2009, desempenho considerado modesto se comparado ao crescimento de 3,06% observado no mesmo período do ano passado. Outro setor que apresentou retração foi a da indústria (-0,18%), no qual a pecuária obteve o pior resultado, com variação negativa de 0,94%. O segmento de distribuição teve decréscimo de 0,42%.

**VBP** - As estimativas do Valor Bruto da Produção (VBP) calculadas para 25 produtos do setor agropecuário deverão atingir R\$ 271,9 bilhões em 2009, queda de 6,5% quando comparado a 2008, quando o valor total foi de R\$ 290,81 bilhões. Uma das justificativas para esta redução é a queda da produção de grãos na safra 2008/2009, que atualmente está estimada em 134,1 milhões de toneladas, 10 milhões de toneladas a menos do que o volume colhido na safra anterior (2007/2008). Outros fatores que explicam este resultado é o menor uso de tecnologia nas lavouras, os problemas climáticos em diversas regiões produtoras e a redução dos preços médios praticados. Entre as culturas com maior queda de faturamento estão o milho (27,2%), ovos (21,9%), suínos (20,8%), feijão (18,5%), leite (17,8%) e soja (17,2%).



**Brasil terá acordo para melhorar condições de trabalho na cana:** O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que será assinado acordo para melhorar as condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. O objetivo do acordo, chamado de Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, além de responder às denúncias de trabalho escravo no setor, é certificar as empresas que produzem álcool e superar barreiras impostas em mercados como o europeu por razões humanitárias e trabalhistas. O compromisso é tripartite, após quase dez meses de negociações entre governo federal, usineiros e sindicatos de trabalhadores rurais. Um dos pontos acordados é o compromisso dos usineiros de não mais contratar os cortadores de cana de forma terceirizada. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, explicou que se trata de acordo voluntário, ao qual 600 empresas já aderiram. Esse número, segundo ele, representa 80% do setor. As empresas receberão um certificado de trabalho decente.



**Cautela marca comercialização de soja:** A safra de soja 2009/2010, que começará a ser plantada no terceiro trimestre, assiste, antes de sua largada, a um movimento comedido de compras e vendas antecipadas. Os compradores têm se mostrado receosos com os preços atuais do grão, que estão em patamar mais alto nos vencimentos mais próximos que nos mais dilatados. A parcimônia contrasta com o cenário registrado nesta mesma época em 2008, quando os vendedores é que aguardavam o melhor momento para fechar negócios. “O mercado está cada dia mais “invertido””, atesta, em relatório, o Imea (Instituto Mato Grossense de Economia Agropecuária). Na semana passada, os contratos com vencimento em julho deste ano ficaram mais de US\$ 2,00 acima dos papéis para julho de 2010, diferença de quase 20%. Essa “inversão” mostra, ao menos em tese – e de acordo com o cenário do momento –, uma tendência de queda para o preço do grão, o que explica o comedido dos compradores nesta etapa do ciclo.



**Instituições se unem no combate à ferrugem laranja da cana de açúcar:** Pesquisadores brasileiros reúnem esforços para combater a Ferrugem Laranja (FL) da cana-de-açúcar, praga que há dois anos se instalou nos canaviais da Flórida e poderá chegar ao Brasil. O Laboratório Virtual da Embrapa no Exterior (LABEX) nos Estados Unidos coordenou a participação brasileira no Workshop “Ferrugem Laranja em cana-de-açúcar do Estado da Flórida”, transmitido via Internet, há duas semanas, pela rede social Inovação Tecnológica para Defesa Agropecuária. A FL é uma doença muito antiga da cana-de-açúcar, presente durante anos, apenas no sudeste da Ásia e Oceania, sem qualquer impacto econômico. Em 1999, chegou à Austrália, onde, entre 2000 e 2002, reduziu em 20% sua produtividade. Em julho de 2007, surgiu no continente americano, inicialmente na Flórida. Dois meses depois, apareceu na Guatemala e países vizinhos.



**Agrotóxicos à base de cihexatina serão banidos do Brasil:** Agrotóxicos à base da substância ativa cihexatina serão retirados do mercado brasileiro até novembro de 2011. É o que prevê resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicada no dia 12 de junho corrente. A norma da Agência determina, ainda, a proibição imediata da importação e o registro de novos agrotóxicos à base dessa substância. “Com essa medida o Brasil segue uma tendência mundial, a cihexatina já foi banida dos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Japão, China, Áustria, Belize, Kuwait, Laos, Suécia e Tailândia”, explica Luiz Cláudio Meirelles, gerente geral de Toxicologia da Anvisa. Produtos à base de cihexatina também tiveram o registro cancelado na Austrália, Filipinas, Líbia, Nova Zelândia e União Européia. A cihexatina é utilizada na fabricação de sete agrotóxicos, registrados principalmente para a citricultura. Antes da reavaliação, o agrotóxico podia ser aplicado nas culturas de maçã, morango, pêssego, café e berinjela.

## ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

**Resumo da reunião de 9 de junho de 2009**

**Tema: Desenvolvimento da Caprinocultura Leiteira no Estado do Ceará**  
**Palestrante: Francisco Augusto de Souza Júnior, Coordenador COAPE - SDA**

O Sr. Coordenador Torres de Melo abriu a reunião destacando a presença do Superintendente do Banco do Brasil, Casa que abriga o Agropacto há 13 anos. Passou a palavra ao Sr. Antonio Rodrigues de Amorim, representando o Secretário Camilo Sobreira de Santana e disse ser um prazer estar no Agropacto e dizendo das necessidades especiais da caprinocultura, que seriam especificadas pelo palestrante. O Sr. Coordenador passou a palavra ao Sr. Sérgio Peres, Superintendente do Banco do Brasil disse estar num momento de felicidade por estar no Ceará naquele dia. Deu as boas-vindas a todos, disse que a união do setor proporcionada pelo Agropacto era de surpreender e que o Banco do Brasil estaria sempre presente no apoio aos programas. Colocou de público a si mesmo e a estrutura da Superintendência à disposição de todos para construir, solidificar e trilhar caminho de sucesso. O sr. Coordenador passou a palavra ao palestrante, Sr. Francisco Augusto de Souza Júnior, que iniciou dizendo da satisfação em proferir a palestra e fez uma retrospectiva do programa de desenvolvimento da caprinocultura do Estado do Ceará. Apresentou os parceiros do programa, como a Caprileice, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Ematerce, Embrapa, Faec/Senar, Banco do Nordeste e Banco do Brasil. Objetivo geral de: Apoiar, disponibilizar e difundir técnicas de criação de caprinocultura de leite, visando ao melhoramento,

viabilidade econômica e gestão da atividade. E específicos: Melhorar a produtividade e o índice zootécnico do rebanho assistido; Promover a melhoria da sanidade dos rebanhos das regiões atendidas; Difundir as tecnologias de criação e gestão para os agricultores familiares e pequenos produtores das regiões atendidas, entre outros. Enumerou as metas do programa até 2011: em capacitação: 6 cursos para técnicos, 16 cursos para produtores, 18 seminários de sensibilização, 6 missões técnicas e 13 dias de campo. Mostrou fotos de algumas missões técnicas; em assistência técnica: 400 produtores orientados, 38 técnicos de nível médio, 12.000 em rebanho assistido, etc.; melhoramento genético: 230 reprodutores distribuídos; em reserva alimentar: 382,5 hectares de palma forrageira; 489 hectares de sorgo; em infra-estrutura: 16 tanques de resfriamento de leite e 3 unidades de processamento de leite. Disse que a área de atuação do programa eram o território Metropolitano (Paraipaba até Cascavel), Sertão Central (Quixadá) e Sertão dos Inhamuns e que a metodologia da assistência seria em formação e capacitação continuada do pessoal técnico; Palestras de sensibilização a produtores interessados; Diagnóstico Inicial da caprinocultura de leite; Implantação de reserva estratégica alimentar (palma forrageira, banco de proteína fenação e Gramíneas para silagem); Controle das



principais doenças e manutenção da saúde do rebanho. Mostrou fotos da implantação da reserva estratégica de alimentos, com a silagem, amonização, feno, etc. Seguiu falando sobre a metodologia de assistência técnica, envolvendo Introdução de reprodutores geneticamente superiores; Uso de estações de monta e/ou inseminação artificial para controle e melhoria contínua do rebanho; Apresentação de resultados obtidos aos parceiros do Programa. Disse ainda que a seleção de reprodutores seria por Conformação / Raça, Desenvolvimento corporal, Ausência de doenças, Ausência de defeitos físicos, Animais com apenas dois tetos, Boa produção de leite, etc. Como metodologia de aquisição de leite: será iniciado nas regiões: Metropolitana, Sertão Central, Sertão dos Inhamuns, com aquisição de 800 litros de leite caprino/dia produzidos de produtores pronafricanos e pequenos produtores, com cota de 30 litros dia / produtor; o produtor de leite caprino irá deixar o leite no ponto de captação e receberá o valor de R\$ 1,19 (hum real e dezenove centavos) por litro de leite, onde o laticínio receberá R\$ 0,51 (cinquenta e um centavos de real) para captar, processar e distribuir aos beneficiários; o laticínio se responsabilizará de beneficiar o leite para o tipo pasteurizado "C", conforme padrões técnicos especificados na legislação em vigor com embalagem padrão do Programa; Promover a entrega do leite a cada 02 (dois) dias por semana, totalizando 03 (três) entregas semanais, nos pontos de distribuição nos municípios, conforme o prazo de validade; efetuar o pagamento ao produtores a cada 15 dias no valor estipulado pelo programa, e comprovar através de recibo assinado pelo produtor. Fez uma caracterização do programa: ser cooperativo, onde diversas entidades do setor terão importante e fundamental participação no desenvolvimento e execução das atividades propostas. Para isso será criado um Conselho Gestor coordenado pela SDA. Os parceiros do programa deverão firmar estas parcerias com entidades locais dos municípios envolvidos, bem como, as cooperativas e outras instituições que estejam ligadas na atividade, através de convênios. Obrigações dos parceiros: Comunicar ao Conselho, irregularidades que possam comprometer o bom desempenho do Programa; Participar das reuniões de avaliação e do Conselho; Acompanhar a execução dos trabalhos; Cumprir com suas obrigações assinadas no Convênio. Estratégias do programa: o Conselho e os parceiros trabalharão sempre com o objetivo de aumentar a participação dos agricultores familiares no mercado de leite Caprino e não há prazo estipulado para o seu término. Enquanto houver desejo dos Parceiros e avanços zootécnicos e comerciais a serem perseguidos em toda a cadeia, justifica-se a sua permanência. Benefícios esperados: Fortalecer a organização de produtores da agricultura familiar dentro da lógica do movimento territorial de identidade; Popularização do consumo de leite de cabra; Aumentar oferta de Leite de Cabra; Aumento da renda na Agricultura Familiar; Fixação das famílias no campo e Desenvolvimento sustentável da atividade no Ceará. Finalizou colocando-se à disposição para esclarecimentos, bem como dando seus contatos: [augustojr@sda.ce.gov.br](mailto:augustojr@sda.ce.gov.br), [www.sda.ce.gov.br](http://www.sda.ce.gov.br) / [www.ematerce.ce.gov.br](http://www.ematerce.ce.gov.br).

## Debates

O Sr. Coordenador abriu os debates, passando a palavra ao Sr. Edilson de Castro, que falou sobre a GTA (Guia de Trânsito Animal) e como estava sendo cobrada em diversas blitz no Estado do Ceará, a princípio sem cunho punitivo, sendo divulgado desde o mês de maio. Sr. Coordenador fez apelo à Adagri para difundir a notícia no Estado inteiro até o mês de agosto, porque ninguém tinha a informação. Passou a palavra à Sra. Rosália Aguiar, que destacou a importância do caprino leiteiro no Estado do Ceará e fez algumas perguntas, entre elas o nível de envolvimento do Professor Nunes no programa, uma vez que era pioneiro no caprino leiteiro no Estado do Ceará. O Sr. Raimundo Teles Menezes falou da importância do leite de cabra para quem tem dificuldades de digestibilidade, mas que poderiam pensar num fim mais nobre àquele produto, com o fim de remunerar melhor o produtor. O Sr. André Luiz de Medeiros dirigiu sua pergunta ao Dr. Tufi: a Caprileice pensa em andar com seus próprios pés no futuro, negociando preços e preparando os produtores para futuras negociações? O Sr. Tufi Said disse que o programa era direcionado aos produtores que já estavam organizados, mas que a Cocentral firmara parceria para fornecimento a outros compradores, além de fornecer leite para o programa do Estado. O Sr. Evandro Holanda disse que reuniões como as do Agropacto eram frutos de um conjunto de instituições e que em 2007 e 2008 tiveram Audiências Públicas na Assembléia Legislativa e que construíram um GIAP (Grupo de Impulsão de Ações e Projetos). O Sr. Antonio Rodrigues de Amorim fez complementações no sentido da cultura do não-uso de cabras leiteiras e que era um preconceito que deveria ser quebrado; de que o Estado pretende ser o grande incentivador, mas para que as pessoas tenham autonomia, melhorem sua qualidade de vida e sejam atores de toda a sua produção. o Sr. palestrante disse que o professor Nunes será bem vindo ao programa, pois havia sido produzido por um *pool* de parceiros; que muitas tecnologias não chegaram ao agricultor familiar; que a extensão já trabalhava o pastejo voltado para o lado ecológico; que tinham os melhores animais do Brasil, mas que estavam ficando para trás. O Deputado Herminio Resende disse sentir falta da Aprece e perguntou se estava havendo parceria dos municípios, pois era muito importante o envolvimento dos prefeitos. O Sr. José Trajano falou sobre presenças importantes, como da Senadora Kátia Abreu e do Dr. Roberto Smith no PECNORDESTE e a importância de prestigiar e estimular o evento. Reforçou a informação sobre o programa de um milhão de mudas de cajueiro-anão precoce patrocinado pela ONG Caju. O Sr. João Nicélio parabenizou o Estado pelo programa, principalmente pela busca de parcerias, como a da Cocentral. Convidou para uma palestra do ex-ministro Roberto Rodrigues na Assembléia Legislativa sobre cooperativismo, dia 23 de junho à tarde. O Sr. José Maria Pimenta reforçou a necessidade do apoio à GTA, para que o Estado do Ceará saia do *status* de risco desconhecido. O Sr. Edmar Vieira disse que deveria ter empresas envolvidas no projeto, que teriam que empresariar a caprinocultura, para o seu sucesso. Reforçou que era necessário ver a cadeia produtiva como um todo, privilegiando o pequeno produtor, senão o projeto não andaria. Perguntou se para transportar jumento de Jaguaribe para Fortaleza precisaria pagar GTA. O Sr. Antonio Bezerra Peixoto fez complementações sobre a necessidade da aproximação com as prefeituras. O Sr. Evandro Holanda fez também algumas considerações sobre a Embrapa caprinos estar aberta para discutir programas no Estado do Ceará, com a Caprileice, programas de melhoramento, capacitações, enfim, ações que venham a dar desenvolvimento à caprinocultura do Estado do Ceará. O Sr. coordenador colocou a FAEC e o SENAR à disposição da SDA quanto fosse necessário. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.